

ASSISTÊNCIA NO BRASIL: CONCEITOS, APLICAÇÕES, OBJETIVOS E RESULTADOS

HERCULES ALFREDO BATISTA ALVES¹

DANIEL AMARO CIRINO DE MEDEIROS²

RESUMO

O presente texto como objetivo discutir a questão da assistência no Brasil. Aspectos como a cientificidade, filantropia, abrandamento das lutas entre as classes sociais, imposição de valores morais, projeto de nação e integração a civilidade são os argumentos usados para justificar a implementação da assistência no Brasil, isso será discutido em um processo da evolução histórica do nosso país. Questões relacionadas frente à transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil também serão observadas. Por fim discutimos como essas medidas foram implementadas ou tentativas de implementação para reverter os problema estrutural da assistência no Brasil.

¹ Possui graduação em História pelo Centro Universitário do Sul de Minas (2000), cursou disciplinas isoladas do Mestrado em Ciência Política- pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), Mestrado em História Social do Brasil Contemporâneo - Universidade do Vale do Rio Verde (2004) cursou Especialização em Informática e Educação pela Universidade Federal de Lavras (2007) . Atualmente é aluno do Programa de Doutorado em Educação da Universidade São Francisco- USF em Itatiba -SP. É professor do quadro permanente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- CEFETMG, Campus VIII em Varginha- MG. Tem vasta experiência como professor de Ensino Superior, Médio e Fundamental de História em suas diversas áreas de conhecimento. Área de pesquisa: História da Educação Sul Mineira e Implementação da Lei 10639/03

² Graduado em Letras pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista, pós-graduado em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia; pós-graduado em Filosofia e seu Ensino pela Universidade São Francisco e mestrando em Educação na mesma instituição. Atualmente é assessor da Diretoria Acadêmica e professor em tempo integral na FAEX. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Brasileira e Portuguesa, Comunicação Empresarial, Filosofia com ênfase no ensino de Ética nas Organizações, Sociologia e Comportamento Organizacional, Humanidades, assim como em Línguas Estrangeiras (em especial tradutor e intérprete de Espanhol e Inglês).

Assistência no Brasil: conceitos, aplicações, objetivos e resultados

Para que possamos compreender a ideia de assistência no Brasil, temos de analisar como o conceito de criança ganhou força. Conseqüentemente necessitamos de discutir os mecanismos criados para que esse indivíduo possa interagir na sociedade como um elemento positivo, ordeiro, agregador e que tem claro seu papel na sociedade. Várias análises foram realizadas para que a ideia de oferecer assistência pudesse ser implementada no Brasil.

Objetivamos nesse texto perceber e discutir³ o processo pelo qual a organização de assistência a infância desenvolveu-se no nosso país. Questões ligadas ao poder público e a sociedade civil⁴, atuam na perspectiva de auxílio aos desvalidos; como também uma maneira de manter e/ou restabelecer a ordem na sociedade brasileira. Outro aspecto que deve ser focado diz respeito da entrada do Brasil na civilização.

A sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, possuía a necessidade de mostrar ao mundo que estávamos finalmente nos tornando um país cuja inspiração artísticas, técnica e cultural estava ligada aos preceitos vindos da Europa.

³ “A história da criança, que se produz nas relações sociais, mediante a formulação de políticas educacionais, a configuração de modelos e métodos pedagógicos e o desenrolar de práticas educativas- da mesma forma que se produz em diferentes âmbitos territoriais- envolve, para ser compreendida, o estudo de diferentes objetos de pesquisa (KUHLMANN Jr., 2000 p. 1)”

⁴ Iremos trabalhar com o conceito de Sociedade Civil baseado na livro de Bobbio (1982), nesse texto ele faz uma discussão da obra de Gramsci frente à atuação da Sociedade Civil, ele foge do determinismo econômico suscitado na obra de Marx. A questão da atuação e objetivo das lutas de classe extrapola a questão econômica. Nos Cadernos do Cárcere Gramsci discute que essa questão não é fixa. O contexto de determinado período é que articula a forma de atuação de determinadas sociedades; e segundo Bobbio: “(...) não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação políticas, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam o seu movimento (BOBBIO, 1982, p. 37).

Amparar as crianças com dificuldades através de atuação de grupos sociais e do Estado era algo que trazia a ideia de Modernidade⁵.

Além desses fatores, outro ponto deve ser levando em consideração.

Gradativamente a infância passou a ser valorizada e as crianças começam a ganhar maior importância na sociedade. Esse processo foi gradativo, porém, ao compreender a importância das crianças, podemos ter em mente um processo de maior inteligibilidade do desenvolvimento humano. O afeto, carinho e amor fazem parte do novo arquétipo do homem moderno. As crianças são importantes, assim podemos dizer que nesse constante processo de desenvolvimento e evolução que “O homem do Ocidente sofreu nos séculos XVIII e XIX uma revolução de afetividade que por certo não o torna melhor, mas diferente. Os seus sentimentos estão subdivididos de outra maneira e em particular estão mais centrados nos filhos. (LISBOA, 1997, p.370).”

Compreender que as crianças não eram mais apenas “adultos em miniatura” é parte fundamental para conceber que o homem evolui. Dar-lhes condições de desenvolvimento é compreender que elas são o futuro da humanidade.

Crianças mimadas, crianças açoitadas, tanto umas como outras eram os dominadores no século XIX e começo do século XX. Vimos assim a criança sair do anonimato e da indiferença das idades remotas e tornar-se a criatura mais preciosa, mais rica de promessa e de futuro (LISBOA, 1997, p. 369).

Esses pequenos seres que agora passam a ser consideradas criaturas preciosas que estão em transformação e desenvolvimento. Apesar desse valor que a crianças gradativamente recebem, é necessário saber que elas estão em estado de incompletude. Para que possam ter um desenvolvimento saudável e com o aprimoramento de todas as suas faculdades e potencialidades é necessário que esse aprimoramento ocorra. A aprendizagem não tem apenas o foco de crescimento infantil. O ensino deve ser

⁵ Segundo ROUANET (1993) ao analisar as concepções de Webber, a modernidade é produto de processos globais de racionalização, que se deram na esfera econômica, política e cultural. A racionalização econômica levou a dissolução de formas produtivas do feudalismo, formulando uma mentalidade empresarial moderna, baseadas no planejamento e contabilidade. A racionalização criou o Estado dotado de sistema tributário centralizado, legislação e militarismo centralizado. Iremos adotar esse conceito no nosso texto.

aplicado com o objetivo de que uma cultura específica seja transmitida, valores sejam implementados e ressignificados⁶. A transmissão desses conceitos pode ser visto como:

O problema da sobrevivência de uma sociedade consiste em assegurar a transmissão dos conhecimentos e dos valores que considera como essenciais. A educação é, sob este aspecto, o conjunto dos instrumentos que uma sociedade adota⁷ para garantir essa transmissão (LISBOA, 1997, p. 370).

Uma questão ponto que deve ser colocada diz respeito de qual grupo social inicialmente irá transmitir esses valores para as crianças. As famílias humildes por mais diferentes que sejam, e tenham hábitos, estrutura interna contrários as famílias burguesas, em muitos momentos, têm pontos comuns frente ao processo de educação das crianças. A ideia não é unicamente basear os ensinamentos no processo das condições materiais de existência. “As famílias e as classes reuniam indivíduos que se aproximavam por sua semelhança moral e pela identidade de seu gênero de vida. (ÀRIES, 1981, p. 278)” Os conceitos ensinados podem ser opostos, porém, a gênese do mesmo é de preparar o indivíduo para a vida. As classes abastadas no final do século XIX em transição para o século XX usam de professores particulares ou até mesmo de escolas isoladas para dar algum tipo de instrução para seus filhos. Os proletários ou camponeses não focam o ensino formal. A ideia é que a criança desde muito cedo passa a contribuir para o sustento da família e, por conseguinte preparar-se para o futuro. O trabalho por horas e os castigos físicos não devem ser observados apenas como forma de punição ou sadismo dos adultos. É válido lembrar que essa forma nos qual os homens desses séculos educam seus filhos, foi à maneira que eles foram educados. Forjados para o trabalho e obediência. Quebrar esses paradigmas é uma das metas de se alcançar a civilidade e, por conseguinte a modernidade.

⁶ Com essa reflexão podemos começar a compreender a necessidade de locais de assistência para as crianças que não possuem uma família que possa dar-lhes essa educação. Apesar do texto ainda não ter trabalhado com essas premissas, faz-se necessário fazer esse apontamento para *a posteriore* possamos fixar nossa atenção no processo de auxílio as crianças no Brasil a partir do início do século XX.

⁷ Decidimos manter toda a grafia conforme a fonte original.

A presença de afeto nesse momento pode ser questionada, mas identificar afeto apenas como carinho, atenção e proteção, podem nos dar uma visão anacrônica da evolução das relações familiares e conseqüentemente um hiato frente ao que podemos chamar de educação. Na nossa atual lógica a criança necessita não somente que as suas necessidades básicas de subsistência sejam atendidas. Carinho, afeto e família estão colocados como arquétipos a serem definidos como corretos.

Nessa perspectiva um ponto merece ser destacados. Algumas crianças não que por diversos motivos não tiverem família? Como fica a sua condição frente à sociedade que cada vez mais apregoa um desenvolvimento pautado nas relações sociais dirigidas pelas famílias? Lembramos que gradativamente atendendo as premissas da sociedade moderna, nem todos os nichos familiares tem uma organização que é aceita como modelo de educação para as crianças. Como a sociedade civil organizada e o poder público observam essas questões?

Abandonando um debate de moral cristã⁸ e adentrando a questões de uma lógica social moderna fica a necessidade da intervenção do Estado e da sociedade civil em um processo no qual as crianças tenham uma educação. Isso não ocorreu apenas com o objetivo de melhorar a conduta social brasileira. Educar as crianças que eventualmente as famílias fugissem do padrão, era colocar em prática uma política de reordenação social. Cuidar dessas crianças era evitar problemas futuros. As pessoas pobres de certa maneira passam parte da responsabilidade da educação dos seus filhos para terceiros “(...) quando a família é pobre e tida como incapaz, insinuam-se como terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem proteger, educar e disciplinar seus filhos. (PERROT *apud* KUHLMANN Jr. 2010, p. 24).” A educação ganha cada vez mais contornos próprios e funções mais importantes na sociedade. “A educação não seria apenas uma peça do cenário, subordinada a uma determinada contextualização política ou socioeconômica, mas elemento constitutivo da história da produção e reprodução da vida social. (KUHLMANN Jr. 2010, p. 15).”

⁸ Amar o próximo como a ti mesmo. Fazer o bem não ver a quem e dividir o pão com o irmão necessitado são jargões defendidos pelas religiões cristãs ocidentais. A lógica da modernidade em muitos momentos se contrapõe a esses conceitos. Por isso é necessário revê-los. Em momentos apropriados do texto iremos salientar que parte da assistência tem como foco um aspecto compensatório frente a possíveis deslizes dos seus benfeitores.

Modificações Sociais e a implementação dos locais de assistência

Esse processo da necessidade da intervenção de classes sociais de maior poder aquisitivo e social na educação das crianças é algo naturalmente construído. No Brasil no final do século XIX surge um processo de surto industrial. Com isso as cidades crescem e as relações de trabalho sofrem modificações estruturais. As pessoas que agora vivem nas cidades têm de trabalhar nas indústrias. Até mesmo as mulheres necessitam de dar seu quinhão de trabalho para o sustento da família. Com isso elas deixavam o lar e ai para as fábricas⁹. Migrantes chegam ao país com novas ideias e formas de se organizarem enquanto trabalhadores.

A questão de ficar com a família tomava um segundo plano. As crianças não tinham com quem ficar durante o expediente de trabalho. Como medidas paliativas os operários se organização e surgem mulheres que cuidam das crianças durante o expediente ou semana de trabalho essas são as: criadeiras¹⁰.

Nessa fase era necessário que a elite nacional de alguma forma contribuísse para que as pessoas menos favorecidas de sociedade tivessem algum tipo de apoio frente aos

⁹ Essa fase de crescimento industrial brasileiro na virada para o século XX trouxe para o país uma rápida mudança de organização social e ainda seguindo a lógica do fim da escravidão, os imigrantes europeus (italianos, espanhóis, alemães e dentre outros) vêm para o Brasil. Além de trazerem a mão de obra eles difundem ideias do anarco-sindicalismo e socialismo no país. Devido às condições de vida e trabalho da população operária essas ideias poderiam ser um campo fértil no país. Fazer concessões aos trabalhadores era condição básica para manter a ordem nas regiões industrializadas. A questão infantil gradativamente ganha corpo, pois a falta de locais adequados para deixar as crianças passou a ser um problema social. Resolver essa questão não era algo ligado à tradição cristã e sim minimizar os conflitos entre a burguesia e proletariado.

¹⁰ Essas mulheres recebiam as crianças nas suas casas e tinham como responsabilidades cuidar dos pequenos. Em muitos casos isso não ocorria. Muitas crianças morriam pela falta de cuidados ou ainda por doenças que afetavam várias ao mesmo tempo. A ideia era que esse local fosse um lugar onde as mães deixassem seus filhos durante os momentos que tivessem no trabalho. A situação de precariedade era tamanha que o governo e sociedade civil vão se organizar para colocar fim a essa profissional. Esse tema será abarcado em outro momento do texto.

seus problemas sociais. Trabalhar na perspectiva de atender as demandas sociais não era apenas uma questão de filantropia ou status social. A questão central era em apaziguar os ânimos dos trabalhadores. Nessa fase já existiam instituições que participavam da proteção à infância. Já em 1889 Moncorvo Filho criou o de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ) que em 1929 tinha filiais em todo o Brasil (KUHLMANN Jr. 2010, p.84).

Criar ou participar desse tipo de instituição trazia credibilidade social às classes mais abastadas com isso fazer filantropia, caridade ou qualquer conceito do gênero era uma norma de conduta social. Outro ponto que deve ser destacado diz respeito à imposição¹¹ de valores trazidos pelas classes mais altas da sociedade brasileira. Nas últimas décadas do século XIX com o desenvolvimento científico e tecnológico, foram criadas instituições cujo objetivo era a melhora da condição de vida do trabalhador e a aplicação de novas tecnologias.

Nessa fase um dos maiores avanços foi à implementação da higienização¹² do manuseio dos alimentos. A fervura do leite passou a salvar milhares de crianças no Brasil. Esse simples gesto foi um grande avanço na sociedade brasileira. Difundir essas ideias ou mesmo doar leite pausterizado para parte de população era algo de extrema benevolência e paternalismo. Os benfeitores com isso incutiam na sociedade novos hábitos. Essa imposição cultural deixava claro na sociedade a diferença entre aqueles que detinham o conhecimento, erudição e o saber. De outro lado havia pessoas com baixíssimo grau de instrução, miseráveis e consideradas ignorantes.

Para Rollet- Echailier, esse processo, se responde a interesses das classes dominantes e do aparelho de Estado, não é feito em completa oposição às classes populares,

¹¹ “Entretanto, esse movimento ao mesmo tempo em que faz a defesa da criança, carrega os limites da concepção da “assistência científica”, que parte do preconceito pela pobreza e trata das instituições como dádiva e não como direito a ser oferecido por instituições privadas, desobrigando o Estado (KUHLMAN Jr. 2000 b, p.481) ”

¹² “(...) dos principais aspectos que caracterizam a versão médica do projeto de ordenação de um *ethos* capitalista moderno, em que educar e higienizar são as premissas básicas do discurso e da ação médica (BASTOS, 2005 ,p.31).”

camponesas e urbanas; ele também responde efetivamente a certas de suas expectativas, a certas de suas necessidades (KUHLMANN Jr. 2010, p.27).

Fato é perceber que muitas vezes a desgraça das crianças filhas dos trabalhadores era um momento onde as relações sociais tornavam-se mais tensionadas. A elite econômica do país usava desses momentos para demonstrar nitidamente a sua capacidade intelectual e superioridade frente aos trabalhadores. Quando alguma senhora da alta classe social paulista ou carioca trabalhava com as crianças pobres no sentido de educá-las, deixava evidente que elas possuíam um conhecimento muito maior que o das mães. Isso poderia ser um motivo de revolta, pois além de ter todos os problemas sociais aceitar que alguma “pessoa estranha” da elite teria mais conhecimento que ela própria para cuidar do seu filho?

Esse possível sentimento de revolta poderia ter outro componente. A criança que tinha fome ou sofria de alguma enfermidade, que foi cuidada pelas organizações da elite carioca, passou a ter admiração dessa mãe ou família. Isso quer dizer que ao invés de ver essas pessoas como más que tinham como foco apenas explorá-los, surgiu um novo tipo de vínculo: o da gratidão e principalmente o respeito das suas opiniões.

A puericultura¹³ pode ter sido usada como uma das melhores formas de dominação das pessoas mais simples, por aquelas com maior conhecimento. Transmitir os cuidados básicos de higiene pressupõe a sobreposição de culturas. Aos trabalhadores resta aprender, observar, respeitar e ter frente esses grupos uma dívida de gratidão.

Para quem realizava tal caridade podemos dizer que:

A filantropia dos “brasileiros”¹⁴ também funcionou como uma forma de espiar pecados, relacionados a atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de escravos africanos no Brasil.

¹³ Puericultura (do latim puerus, criança) é a ciência médica que estuda o ser humano em desenvolvimento, especificamente o desenvolvimento infantil. Além de cuidar da criança desde o nascer, o pediatra também através de ações pré-natais e pré-concepção, pode orientar e ajudar a prevenir patologias que podem por ventura se desenvolver no feto durante a gestação; e podem afetar a vida do futuro recém-nascido.

¹⁴ Nesse caso o termo “brasileiros” eram os portugueses que enriquecidos no Brasil e depois voltavam para Portugal ficavam com essa pecha. Eles muitas vezes haviam feito fortuna com de forma pecadora (o tráfico de escravos, por exemplo), para ter o perdão divino e prestígio social investiam na filantropia.

Outro aspecto a destacar nessas ações refere-se à busca de reconhecimento e prestígio social político (KUHLMANN Jr. 2011, p.3).

Projetos de Assistência: política externa, concepções do Estado e atuação da sociedade civil

A questão da assistência no Brasil, devido ao processo de transformação pelo qual passou a sociedade, deixa de ser algo apenas ligado à questão social e ganha contornos frente à política internacional. O modelo de desenvolvimento da assistência colocaria o Brasil no patamar de civilização. Lembramos ainda que durante o final do século XIX o alinhamento com o EUA significava colocar fim a um processo histórico de dominação europeia na América Latina¹⁵. Em 1922 no 3º Congresso Americano da Criança, realizado em conjunto com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância que foi realizado no Rio de Janeiro, instituiu-se que o dia 12 de Outubro seria a comemoração do dia da criança. O senhor Almir Madeira que pertencia ao Instituto de Proteção à Infância de Niterói, fez a seguinte proposição:

O 3º Congresso Americano da Criança e o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância promoverão, por todos os meios, juntamente aos governos neles representados,

¹⁵ O movimento que define esses conceitos de atuação é o pan-americanismo. A ideia era que os países da América Latina não mais recebessem influência da Europa. Na verdade os EUA queriam conquistar novas áreas de influência e com isso fortalecer-se ainda mais como país potência da América Latina. Difundir seus valores através das práticas civilizatórias (inclusive de assistência era uma das formas de apaziguar os ânimos dos trabalhadores “Um dos pilares da civilização é a paz social, com os obreiros calmos, esforçados, firmes (KUHLMANN Jr., 2010, p. 49). Para que essas ideias fossem difundidas e colocadas em prática, foram feitos vários Congressos em toda América Latina e EUA. Devido às limitações do presente trabalho não iremos nos ater especificamente nesses Congressos. Os mesmos serão observados apenas para fundamentar as práticas assistencialistas e de proteção social implementadas no Brasil durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, para maiores informações ver KUHLMANN Jr., 2010, p. 43-52.

a celebração da “Festa da Criança” nos respectivos países no dia 12 de outubro, data comemorativa da descoberta da América (KUHLMANN Jr. 2010, p.40).

Essa data não por coincidência foi a da “descoberta da América”, com isso a princípio era relacionar o processo de proteção à infância como algo ligado a “novos descobrimentos”. Definir metas e padrões para que a assistência fossem implementadas era um dos mecanismos para que a “civilidade” fosse desenvolvida por consequência inserir os países que assim participassem desse tipo de política pública em um patamar diferenciado dos demais. O ponto central era seguir o lema da Doutrina Monroe¹⁶: “somos da América e que queremos ser americanos.”

Para os EUA em franco processo de desenvolvimento industrial era assegurar áreas de influência¹⁷. Fazendo uma análise superficial do tema que é a proteção da infância, debater essas questões econômicas/políticas parece destoar dos objetivos centrais do texto. Porém, a questão do apaziguamento social e da corroboração das classes subalternas é algo necessário para que a paz social e processo produtivo sejam desenvolvidos e o foco é sempre o progresso. No 3º Congresso Científico Latino-Americano de 1905, Dr. Azevedo Sodré (presidente da acadêmica) disse:

A América Latina, com uma pujança civilizadora e progressista que a todos assombra, conseguiu em menos de um quarto de século realizar uma evolução rápida e maravilhosa, transformando, como por encanto os descendentes dos antigos colonos aventureiros, trêfegos e ignoros, em obreiros calmos, esforçados, firmes e de espírito aberto a todas as conquistas liberais (KUHLMANN Jr. 2010, p.45).

¹⁶ “Os EUA buscavam a hegemonia sobre os países do continente americano com a doutrina Monroe e eram vistos como o modelo referencial de nação colonizada que trilha o caminho do progresso (KUHLMANN Jr. 2002,p. 467).”

¹⁷ Para esse fenômeno chamamos de Imperialismo. Segundo Hobsbawm (1988, p.91) em a “A era dos impérios”, esse período foi marcado pela divisão do mundo pelas potências desenvolvidas. Ásia, África, Oceania e América Latina passaram a receber influência econômica, social, cultural e política das potências europeias e dos EUA. O Brasil nesse contexto fica balizado com o país mais forte do Continente Americano.

A ideia de um progresso constante é a tônica dessa fase. Para que isso ocorra é necessário que a paz social reine. Os trabalhadores industriais que de modo geral tem baixos salários, condições de vida pífia e perspectiva alguma de melhoria, devem ser assistidos. As crianças são peça chave nesse processo. O primeiro ponto é acalmar seus pais que como não tem onde deixá-las pode causar tumultos; já o segundo ponto é dar para essas crianças uma assistência e/ou educação para que as mesmas cresçam educadas, responsáveis, respeitadas e dóceis.

A assistência era o lugar onde se pensava cientificamente a política social para os mais pobres, em que se suprimia os direitos para se garantir a desobrigação de oferecer os serviços. A lei, mais que para fazer justiça, serviria para cercear a ação do trabalhador, evitando as desordens crônicas (KUHLMANN Jr. 2010, p.48-49).

Para isso foram organizadas várias instituições que de alguma maneira gerassem esse processo de cuidado com as crianças somando-se ainda a questão do objetivo que foi definido: gerar paz social. Para disseminar esse processo poderiam existir dois conceitos básicos, que eram a caridade¹⁸ e a filantropia¹⁹. O segundo foi conceito foi aplicado com maior ênfase. Isso acontece porque a caridade pode ser vista apenas como uma ação pouco eficaz do ponto de vista de objetivos daquele que a realiza. Doar, cuidar e preocupar-se apenas com a miséria ou dificuldade alheia pode resolver o problema momentaneamente. A questão central era: acalmar os ânimos, criar um projeto para as pessoas que necessitassem de apoio e por fim transpor essas obrigações para a sociedade civil. O Estado em vários momentos deixa isso claro²⁰. Esse sistema de

¹⁸ Em Kuhlmann Jr 2010 podemos perceber que o conceito de caridade teve gradativamente mudança de significado, porém, nesse momento vamos considerá-lo como um sentimento de ordem individual em relação à pobreza.

¹⁹ A filantropia por sua vez “(...) pode se referir à secularização , à iniciativa não governamental, ou à organização da assistência (KUHLMANN Jr., 2010, p. 56)”

²⁰ Podemos observar essa questão do Estado repassando para a sociedade o ônus e a responsabilidade de cuidar das pessoas com dificuldades. A questão da infância foi o foco central dessa transposição de

assistência científica tinha como sustentação nas concepções de um progresso contínuo e no sucesso da ciência. Defender o trabalho, a família, a moral, a religião e a ordem eram a garantia de que a sociedade iria permanecer em uma constante evolução.

Cuidar dos necessitados nesse contexto teria importância fundamental, pois esse processo filantrópico atenderia os preceitos cristãos²¹ e ainda contribuiria para a imposição de um novo modo de vida baseado na retidão do operário e na satisfação da burguesia nacional frente à paralisia dos movimentos operário reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Esse tipo de ação assistencialista tem um efeito abrangente do ponto de vista social. São criados estereótipos de “cidadão de bem”.

Incutir esses valores nos trabalhadores não era uma tarefa das mais simples. Com isso seria necessário atacar em outras frentes: as crianças. Essas gradativamente vão saindo das mãos das criadeiras, seus cuidados desde a tenra idade ao processo de educação escolar passariam para outras instituições. Estas podem ser creches (da comunidade, igreja ou própria empresa), maternais, pré- escolas e escolas de nível fundamental. Não estamos afirmando que essa nova organização foi feita com linearidade, mas o projeto que se criou deixou claro que seria interessante que as crianças passassem por cuidados meticulosos e que novos valores fossem alocados nesses pequenos seres.

responsabilidades. Temos ter como exemplos dessa questão: a criação da Casa da Criança (em 1946 Olindo de Oliveira edita na Imprensa Nacional um texto explicando quais seriam as atribuições desse organização. As ideias eram visionárias para o período, porém, a responsabilidades de gerenciar esses locais ficava a cargo da comunidade local.). Outro exemplo da política pública de transferência de obrigações para a sociedade civil pode ser vista no Clube das Mães este surgiu na década de 60 e seus objetivos podem ser analisados: “(...) se revestia de características próprias, embora fundamentadas nas bases da Campanha Educativa. Destacam-se, entre outras, as atividades que visavam ministrar conhecimentos e habilidades novas, servindo como instrumento de valorização e de desenvolvimento da personalidade dos seus membros, e a participação ativa da comunidade e dos próprios membros do Clube no planejamento, organização e seu funcionamento (BRASIL, 1960, p.7).”

²¹ A ideia de ter como foco a questão da religião pode ser vista de diferentes maneiras. As pessoas que faziam filantropia de certa forma estavam cumprindo sua missão de “bom cristão” e com isso poderiam agradar a Deus e ter seu espaço no céu. Já para as crianças a missão sempre ter em mente o amor e o temor divino. Mesmos teóricos da educação infantil trabalhavam com essa perspectiva FROBEL para ele “(...) a unidade de tudo é Deus- tudo provém unicamente de Deus, que é o único princípio de tudo- , da natureza (manifestação exterior) e da inteligência (manifestação interior). Isso o conduz a valorização tudo o que resulta de manifestação livre e espontânea. O homem caracteriza-se por uma marcha, um desenvolvimento constante para o melhor. (FROBEL, 2000, p.7-8).

A questão do surgimento desses locais de acolhimento tem uma origem remota. Já em Portugal na terceira década do século XIX já foram pensados e de certa maneira de acolher as crianças que por ventura tivessem problemas para serem educadas ou ainda seus pais necessitassem de trabalho. Assim em 1834 foi criada Casas de Asilo de Infância Desvalida cujas atividades se desenvolvia pois,

(...) o êxito do movimento residiria no fato de ter sido uma resposta a uma necessidade social bem visível. O aperfeiçoamento de mão-de-obra feminina e a partir dos sete anos de idade, de mão-de-obra infantil. Restavam, no entanto, as crianças mais pequenas, de que ninguém tomava conta (GUIZOT *apud* FERNANDES, 2000, p. 91).

Esse formato de assistência em Portugal, tinha claros os mesmos ideários de projeto de sociedade (religiosidade, educação, culto ao trabalho e a observância de uma constante aplicação da moral) que seriam implementados *a posteriori* no Brasil.

A questão assistencial no Brasil: teorias de Estado frente à questão social. (1938- 1970)

Desenvolver a assistência passou a ser um projeto da sociedade como um todo. Tanto o poder público como a sociedade civil viram-se no compromisso de desenvolver políticas públicas que pudessem resolver esse dilema no Brasil. Assim para que possamos compreender esse processo civilizatório, moralista e de proteção aos interesses da nascente burguesia brasileira é necessário compreender a questão das

creches e do ensino das crianças durante o final da década de 30 e início dos anos 40; e perceber que a questão do ensino estava ligada as políticas de governo. Nos textos de Alcides Gentil (1939) fica claro que as ideias de Vargas em uma educação ligada ao desenvolvimento das questões da disciplina, nacionalismo, civismo e a questão moral.

Não cogita o governo apenas de alfabetizar o maior número possível, senão também²² de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte que a escola primária se transforma em fator eficiente na formação de caráter das novas gerações, inspirando-lhe rumos de nacionalismo sadio: V, 183 (GENTIL, 1939, p. 127).

A educação era um projeto de Estado de civilidade, modernidade e forças de garantir uma evolução social “Os problemas nacionais exibem apurado exame, feito com critério próprio e sentido previdente para que possamos resolvê-los com segurança e acêrto²³ (Gentil, 1939, p. 212).” Nos discursos de Vargas fica claro a necessidade de políticas públicas para desenvolver a atuação do Estado frente às mudanças da sociedade e a valorização das crianças e da educação pública gratuita. Fica evidente que a educação e por consequência o amparo as camadas menos favorecidas da sociedade devem ser feitas com a presença do Estado, porém, o próprio presidente convoca a sociedade civil para auxiliar nessa grande empreitada.

A Constituição em vigor estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O volume de iletrados constitui²⁴ obstáculos ponderável, tanto ao aparelhamento institucional, como para o desenvolvimento das atividades produtivas. É preciso reduzi-lo rapidamente²⁵, e nessa campanha devem empenhar-se todos, em estrita cooperação com o Estado (VARGAS, 1938, p. 105-106).

²² *Idem*, nota 5.

²³ *Op. Cit.*

²⁴ *Op. Cit.*

²⁵ *Op. Cit.*

A questão da transformação da sociedade pela necessidade da educação ainda ganha mais notoriedade quando o próprio presidente passa a conceber que às mulheres deixaram de serem apenas meras “senhoras do lar” e ganham a posição na questão do trabalho fora de casa. E novamente evoca a importância das crianças como elementos que tem a função de desenvolverem o crescimento da nação. Segundo o presidente:

(...) – às crianças sementeira sagrada, cujas almas cândidas guardam o mais puro amor da Pátria e as esperanças no regime novo;
- às mulheres, que trouxeram, com o encanto da sua presença, o calor, os renovados aplausos e a fôrça²⁶ do espírito de brasilidade (VARGAS, 1938, p.325).

Essa manifestação do governo em mostrar preocupação com a educação das crianças e em reconhecer a necessidade de algum tipo de cuidado e do ensino vai de com os anseios de parte da sociedade e demonstrou claramente que havia algum tipo de política pública que poderia ser implementada. As afirmações de Vargas deixam claras as intenções do governo. A questão era de que maneira o governo poderia efetivar na prática políticas que atendessem as necessidades das crianças filhas de pais trabalhadores e em parte de uma elite que preocupada com as possíveis reações do proletariado poderiam de alguma forma criar problemas na ordem social.

Para que essas questões fossem sanadas o Ministério da Educação e Saúde do Departamento da Criança de 1946 lançaram a proposta da criação da Casa da Criança e o foco era: “Consiste a Casa da Criança em um estabelecimento destinado a receber crianças de todas as idades durante as horas em que as mães, obrigadas a trabalhar, não podem cuidar convenientemente delas. (OLIVEIRA, 1946, p 1).”

Nesse documento ficou claro quais seriam as funções das creches: diminuir a mortalidade infantil²⁷, disseminar os bons hábitos de higiene, desenvolver nos pequenos

²⁶ *Op. Cit.*

²⁷ A mortalidade infantil foi um grave problema para a sociedade brasileira durante esse período. Tanto que políticas públicas sérias foram criadas para que ocorresse a diminuição dos altos índices de mortalidade. Diversos fatores foram apontados como motivos do grande número de óbitos das crianças brasileiras. A questão da higiene e da necessidade que as mães têm de deixar o lar para trabalharem, acentua em muito o índice de mortalidade infantil. Com isso em 1938 foi publicado um livro chamado:

a questão moral, prescrever quais são as regras para o funcionamento das creches (funcionários, prédios e funcionários), delegar a sociedade a responsabilidade da organização dessas instituições e deixam claro que o Estado não tinha condição de cuidar dessas demandas sociais. Era necessário que nessas instituições contassem com o apoio voluntário de médicos, enfermeiro e os demais auxiliassem nas possíveis necessidades. O documento do Ministério da Educação e Saúde deixou claro que não é o ideal, mas naquela conjuntura isso era o possível.

Devotamento e simpatia pelas crianças, paciência, compreensão, e um certo preparo, sobretudo nas encarregadas da Creche, que deverão conhecer bem os princípios da Puericultura e nas do Jardim de Infância, que deverão ter feito um curso especial desta especialidade. (OLIVEIRA, 1946, p.6).

Outro ponto de destaque diz respeito que o DCRs pregava que as mães deveriam pagar por esses serviços “De resto o dever de pagar serviços prestados é um princípio de moral social que deve ser praticado sempre que possível, no próprio interesse da dignidade pessoal do beneficiado.” (OLIVEIRA, 1946, p. 5). Questões de cunho moral

Problemas Médicos e Sociais da Infância: o comércio das criadeiras. Este era dividido em nove capítulos; cujos objetivos era mostrar para toda a sociedade a necessidade urgente de que algum tipo de política pública fosse implementada. As criadeiras que ficavam responsáveis pelas crianças enquanto as mães trabalhavam, eram vistas como elementos que contribuíam para o aumento da mortalidade infantil, mas também como a única saída das mães operárias. Na visão dos autores do livro para que a mortalidade infantil caísse era necessário que as crianças fossem amamentadas por mais tempo e que o governo de alguma maneira pudesse interferir na assistência a infância. Como medida primeira apontou-se que o afastamento das crianças das mães era algo que causava a grande mortalidade: “Além do mais a dissolução da família, produzida pela necessidade de que a mãe ganhe seu sustento, não dá, como único resultado, a horrível mortalidade dos lactantes e o abandono das crianças mais crescidas; produz também a falta de boas condições higiênicas nas habitações, o aumento do alcoolismo, das nevroses, da tuberculose, etc. (VASCONCELOS, 1939, p. 77-78). O ponto que tem maior ênfase é de que a má alimentação aumenta o número de mortos, porém, as criadeiras vêm como outro fator do grande quantidade de mortalidade infantil: “No Brasil, infelizmente, a criadeira é senhora absoluta das crianças entregues à sua vigilância e cuidados. (...) Por isso mais e faz sentir a necessidade de agirmos contra as criadeiras, uma as maiores causas da elevada mortalidade infantil no Rio de Janeiro. (VASCONCELOS, 1939, p.139). Percebemos claramente que as criadeiras ou criadeiras eram elemento que deveriam ser combatido em todo o país. A solução proposta foi de: “Compete as elites sociais empreender a aproximação e cooperação imprescindíveis. Para melhorar a sorte do órfão, do abandonado, do delinquente, etc; não basta mais a esmola facultativa, humilhante e muitas vezes improfícua. Cumpre fazer a assistência organizada e metodizada, não só de dinheiro como de dedicação. Só há um caminho para esse fim: as obras sociais (VASCONCELOS, 1939, p.170). A questão da intervenção social da assistência a infância fica clara nesse citação. O Departamento da Criança em consonância com a criação da Casa da Criança podem ser vistos como medidas adotadas pelo Estado em parceria com a sociedade civil no intuito de amenizar os problemas do abandono e da mortalidade infantil.

e de higiene sempre caminharam juntas. A sociedade foi conclamada para contribuir com a questão da infância no sentido de apontar os caminhos no cuidado, educação e moral dessas crianças. Esse projeto eugenista ²⁸ foi uma das bases do assistencialismo no Brasil.

Gradativamente ações do Estado vão se organizando com intuito de minimizar as mazelas sociais. Discutindo essas questões no artigo Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970) Lívia Maria Fraga Vieira (1988) enfoca que a lógica de atendimento a criança segue os preceitos da política de Estado (atendimento as crianças, civilidade e moral) agregado com questões de saúde: diminuição da mortalidade infantil, amparo as mães trabalhadoras e o desenvolvimento de práticas higienistas, assistencialistas, sanitárias, médicas e morais. O Estado como não tinha condições de atuação direta frente a essas demandas relacionava-se na forma de subvenção financeira as instituições filantrópicas, limitando-se a fiscalização e em ditar os quesitos básicos de funcionamento e atuar no processo de incentivo. A preocupação era acabar com as criadeiras, a não gratuidade, a participação popular com trabalho voluntário e o distanciamento do Estado na responsabilidade, foram à tônica da implementação das creches no nosso país.

Outro artigo que caracteriza a questão da assistência no Brasil e de Aristeo Gonçalves Leite Filho (2010) trabalha em uma perspectiva de auxílio para as crianças, porém, com uma discussão não baseada somente na necessidade de educar como uma questão filantrópica, eugenista ou de controle social. Agora a afirmação é de que as mães não sabem criar/educar as crianças.

Difundia-se e defendia-se no Brasil, nos anos 1950/1960, que as famílias pobres eram incapazes de educar as crianças pequenas, o que poderia ter impulsionado o crescimento de instituições com proposta de educação para elas, fora do espaço doméstico, sobretudo, das famílias mais pobres da sociedade (LEITE FILHO, 2010, p.1).

²⁸ Não vamos nos ater profundamente nessa discussão, adotaremos esse conceito: “O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. (GALTON *apud* GOLDIM, 2011).”

Devido ao constante desenvolvimento industrial depois da Segunda Guerra Mundial e por consequência o crescimento ainda maior dos centros urbanos, a questão de um local de deixar as crianças durante o expediente de trabalho ganhava contornos cada vez mais sérios. O crescimento das cidades e a consolidação das mulheres como trabalhadoras industriais levou a necessidade mais que urgente de medidas que de alguma maneira sanasse esse problema. As lutas por maternais, jardins de infância e principalmente por creches ganham cada vez mais força²⁹.

O governo admitia a necessidade do aumento do atendimento tanto as mães quanto as criança, porém, não era apenas a questão de atender. A visão era que os problemas infantis poderiam ser em partes sanados casos as mães tivessem uma maior condição de compreender os cuidados com a criança e assim melhor a sua saúde e educá-la de forma reta para que no futuro esse indivíduo fosse um “cidadão de bem”.

Podemos claramente perceber que o problema da falta de estrutura do Estado em atender as demandas sociais, foi tratado de uma maneira na qual antes de qualquer tipo de reivindicação as mães deveriam aprender como cuidar do seu filho. A tônica deixou de ser apenas ligada a condição material de existência. A falta de conhecimento das mães foi usada como forma que o Estado encontrou para divulgar não medidas eficazes contra a falta de creches, médicos e escolas.

Cabia agora às mães aprender a cuidar dos filhos para minimizar a necessidade de atendimento de saúde e fundamentalmente continuar na luta pela diminuição da mortalidade infantil. O governo através do DNCr criou campanhas educativas para:

O objetivo da Campanha Educativa do DNCr era o de formar uma mentalidade voltada para o bem-estar da criança, evitar a mortalidade infantil a materna, fortalecer a vida familiar elevar o nível social e despertar e estimular o amor à terra. (...) bem-estar da crianças depende de sua situação global, tornando-se, por conseguinte, indispensável

²⁹ “Com um alto nível de desigualdades sociais, surgem movimentos de luta por reformas de base que reduzissem as grandes diferenças das condições de vida entre as classes sociais (LEITE FILHO, 2010, p.2)”

que, ao lado da assistência médica e alimentar, se cuidasse também de esclarecer as mães quanto aos cuidados da criança e se proporcionassem meios para melhor as condições sociais das populações beneficiadas (LEITE FILHO, 2010, p.5).

Assim foram criados dois tipos de campanhas “um voltado para toda a comunidade e outro, de âmbito mais restrito, que funcionaria junto a entidades de proteção à maternidade e à infância (LEITE FILHO, 2010, p.6).” A primeira era executada por pessoas ligadas ao Estado com certo grau de organização e aparelhamento onde difundiam os preceitos de higiene e puericultura. Já a segunda campanha foi viabilizada através do Clube das Mães.

Esse clube foi criado pelo DNCr em 1956 e seu objetivo era ser um mecanismo de proteção as mães e as crianças. Podemos afirmar que os dois objetivos centrais do Clube das Mães era o despertar nas mães a consciência da responsabilidade social e na união dos direitos da família. As Campanhas eram elaboradas pelo governo, mas a sua aplicação ficou a cargo de várias instituições:

Prefeituras, Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, Bandeirantes, Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu, Legião Brasileira de Assistência – LBA, Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, Serviço Social Rural – SSR, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, etc (LEITE FILHO, 2010, p.8).

Essa organização dos programas desse Clube variou nas diferentes regiões do país, isso ocorreu no dos anos cinquenta com o apoio do DNCr, porém, um ponto que deve ser enfatizado diz respeito a sua atuação efetiva. As pessoas que se envolviam nesse movimento não doavam apenas seu tempo, mas também apoio material e financeiro. O pilar da sua atuação era em favorecer a proteção da maternidade e da infância, sendo como um complemento junto às identidades nas quais tinha parceria. O Estado poderia até auxiliar, mas a força financeira era fruto da própria comunidade que gerenciava e acolhia a criação dos Clubes.

A maior parceira desse clube sem dúvida foi a Igreja Católica³⁰, com o envolvimento da Igreja era mais fácil à aceitação e contribuição da comunidade com esse movimento. Angariar fundos e voluntários era a tônica desse momento de organização. Os voluntários eram treinados pelos técnicos das campanhas e poderiam ser agente de atuação nas comunidades carente. Nesses locais eles levavam as noções básicas de puericultura e higiene e reforçavam o discurso de manutenção da família e da ordem. Ensinar o que fazer era a tônica dessas campanhas. Porém:

Sobretudo na década 60, permanecia a idéia de que as famílias pobres eram incapazes de educar as crianças pequenas, e a idéia republicana de assistência e proteção à família e à infância se concretizava através de ações educativas para essas mães. “Quem pariu Mateus que o embale.” Essa foi a ideia força. Desta maneira, o Clube de Mães, compreendido como instrumento de proteção à maternidade e à infância, era uma política pública para a infância que tinha como norte a valorização do trabalho da mulher no lar e seu papel na educação dos filhos. Para o DNCr, a creche era a solução do problema das mães que trabalham fora (LEITE FILHO, 2010, p.13).

Apenas do próprio governo estar ciente que somente a criação de creches poderia resolver parte dos problemas das mães trabalhadoras essas medidas ainda estão por se construir.

Com o golpe de 1964 a manifestação das mães por espaços públicos para deixar seus filhos durante a jornada de trabalho perdeu força. Somente nos final da década de setenta e início dos anos oitenta essas pauta volta a ser discutida abertamente com organização de movimentos de mães que reivindicavam creches. Pouco foi feito.

Nos anos setenta e oitenta campanhas para diminuir a desnutrição e a mortalidade infantil foram lideradas quase sempre pela Igreja (Pastoral da Criança e da Juventude e pelas Comunidades Eclesiásticas de Base- CEB). Essas campanhas mais uma vez pautaram-se em atender a alimentação e saúde das crianças. Mais uma vez o que foi feito era trazer a assistência como caridade ou filantropia. A questão central de dar direito as mães e as crianças por uma vaga nas creches ainda está por ser

³⁰ “O DNCr recrutava párocos como líderes comunitários capazes de implementar os Clubes em suas paróquias. (...) Ressalta-se, todavia, a boa vontade a toda prova da população que embora conservadora, conformista, displicente ou comodista por vezes, em conformidade com o texto, se colocava apta a criar um Clube de Mães com o apoio do pároco da cidade (LEITE FILHO, 2010, p.10).

conquistada. Cabe à sociedade civil (basicamente a classe média e as classes mais baixas) organizarem-se e reivindicar seus direitos. A assistência que historicamente foi construída como um projeto de filantropia, imposição de valores morais, abrandamento dos conflitos sociais, função das senhoras das elites econômicas, mecanismos gerenciados pelo Estado, transferência de responsabilidade do poder público e benevolência de instituições religiosas; deve ser encarado como política e pública e direito garantido na Constituição de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (...) XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Bibliografia:

ARIÈS, Philippe. **Historia social da criança e da família**. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 1981.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm 26 Julho: 2011.

FERNANDES, R. Orientações das “Casas de Asilo de Infância Desvalida” (1834-1840). Cadernos de Pesquisa, n. 109, p. 89-114, mar.2000.

FROBEL, Friederich. **A Educação do Homem**. Passo Fundo: UPF, 2001.

GENTIL, Alcides. **As ideias do presidente Getulio Vargas: Síntese do Pensamento d’ “A nova política do Brasil”**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

GOLDIN. José Roberto. **O que é Eugenia**. Acesso:

< www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm > 25 Julho: 2011.

HOBBSAWM. Eric. **A Era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KUHLMANN Jr. **A circulação das idéias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002. P. 459- 495.

_____. Educando a Infância Brasileira. IN: LOPES, Elaine Marta Teixeira, FARIA FILHO Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 b.

_____.; Fernandes, Fabiana Silva. **Construção de bases de dados e análises historiográficas de Propostas Educacionais: um estudo sobre o parque infantil paulistano**. GT2: História da Educação. Anped. 2000

_____. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LISBOA: Imprensa Nacional. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 36. **Vida/ Morte- Tradições- Gerações**. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1997. P. 360-371.

O que é puericultura?. Acesso:< www.portalis.co.pt/o-que-e-puericultura > 15 Julho: 2011.

OLIVEIRA, Olindo de. **A casa da criança**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Acesso: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=265> > 24 Abril: 2011.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal- estar na modernidade**. São Paulo: Cia da Letras, 1993.

VARGAS, Getulio. **A Nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio,1938.

VASCONCELOS, J. Freire; SAMPAIO, Silveira. **Problemas médico- sociais da infância: o comercio das criadeiras**. Rio de Janeiro: Odeon Editora, 1938.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Mal necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970)**. São Paulo: Cad. Pesq, 1988.